

SÉRIE
PRINCÍPIOS

Manuel Correia
de Andrade

LUTAS
CAMPONESAS
NO NORDESTE

1.35
53L

ea
editora ática

série
PRINCÍPIOS

1. *Perdas, ganhos e Cia*
Alfonso Romão de S. Anna
2. *Tema de conto*
Nádia Brás
3. *A personagem*
Bela Brás
4. *O texto narrativo*
Lúcia Chappin Moraes Lima
5. *A crônica*
Jorge de Sá
6. *Verbo e seus modos*
Norma Goldstein
7. *Existência e literatura*
José Antonio Durval
8. *Semântica*
Rodolfo Ili & João Wanderley
Guedes
9. *A linguagem sociolinguística*
Fernando Tarullo
10. *Pronúncia do inglês norte-
americano*
Martha Steinberg
11. *Função da literatura inglesa*
Mário Eloy Cavalcanti & Vitor
Lima Siqueira
12. *Técnicas de comunicação
escrita*
Indira Dikstein
13. *O caráter social da ficção de
Brasil*
Fábio Lucas
14. *Best seller - a literatura de
mercado*
Mário Sodrê
15. *O signo*
Isaac Epstein
16. *A dança*
Márcio Carlos Mendes
17. *Linguagem e persuasão*
Adilson Curi
18. *Para uma nova gramática do
português*
Mário A. Pires
19. *A telenovela*
Sônia Yassier Campos
20. *A poesia lírica*
Sônia de Almeida Costa
21. *Poesia lírica*
Lúcia Cademartori
22. *Informática e sociedade*
Antonio Nicolau Yassier &
Vitoria Paz Fernandez
23. *Espectro e romance*
Antonio Diniz
24. *O hádi*
Fábio R. Koike
25. *Senão e loucura*
José Roberto Wolff
26. *Ensaio de gramática*
Oswaldo B. Bechara
27. *Morfologia inglesa - noções
introdutórias*
Martha Steinberg
28. *Introdução à música popular
brasileira*
Waldemar Caldas
29. *Exatidão da música*
Nelson Lage
30. *Conceito de psicanálise*
Adilson Grandini & Durval
Nogueira
31. *O inconsciente - um estudo
crítico*
Alfredo Naffah Neto
32. *A história*
Zezina Jorge Ali Ramatani
33. *O trabalho na América Latina
colonial*
Ciro Flamarion S. Cardoso
34. *Umbanda*
José Guilherme Santos Magalhães
35. *Tema de informação*
Isaac Epstein

04 JUN 1993

0 JUN 1993

05 MAI 1993

SERIE
PRINCÍPIOS

SBD/FFLCH

Manuel Correia de Andrade

Professor Catedrático aposentado da
Universidade Federal de Pernambuco
Diretor do Centro de Documentação e Estudos Históricos
Brasileiros da Fundação Joaquim Nabuco

LUTAS CAMPONESAS NO NORDESTE

TOMBO : 00497



SBD-FFLCH-USP



301.35
A553L

NS: 92419

Direção
Benjamin Abdala Junior
Samira Youssef Campedelli

Preparação de texto
Sueli Campopiano

Arte
Coordenação e
projeto gráfico (mlolo)
Antônio do Amaral Rocha

Arte-final
René Etienne Ardanuy
Joseval Sousa Fernandes

Capa
Ary Normanha

DEDALUS - Acervo - FFLCH



20900007758

ISBN 85 08 01098 2

1986

Todos os direitos reservados
Editora Ática S.A. — Rua Barão de Iguape, 110
Tel.: (PABX) 278-9322 — Caixa Postal 8656
End. Telegráfico "Bomlivro" — São Paulo

Sumário

1. A problemática camponesa	5
Problemas de conceituação	5
Camponeses e trabalhadores rurais	7
2. Os primeiros conflitos	8
Guerras e rebeliões	9
Revoltas populares	11
Cangaceiros e fanáticos	13
3. A formação do campesinato	15
Abolição e pobreza	16
O controle da terra	18
4. Expansão do capitalismo e modernização agrária	20
Capitalização do campo	21
Reforma agrária	24
5. A organização dos trabalhadores: ligas camponesas e sindicatos rurais	25
Ligas camponesas	27
Sindicalização rural	28
6. O Estado e o trabalhador rural	32
Estatuto do Trabalhador Rural	34
O governo Arraes	37
7. O golpe de 64 e a política agrária	42
Tempos de repressão	43
Um retrocesso	46

8. A luta por melhores condições de trabalho e pela reforma agrária	48
Áreas comerciais	49
Outras áreas	54
O movimento sindical	57
9. Vocabulário crítico	59
10. Bibliografia comentada	61

1

A problemática camponesa

A problemática da vida no campo é bem diferente da urbana. No campo observa-se a existência de relações de trabalho bastante diversificadas de uma área para outra, de uma região ou sub-região para outra; em todas as áreas e regiões, porém, constata-se a existência de proprietários de grandes e médias porções de terra, contrastando com os grupos, bem mais numerosos, dos que trabalham em terra alheia ou que, dispondo de pequenas áreas, complementam o seu salário trabalhando também para os grandes proprietários. Não há, assim, uma unidade entre os que vendem a força de trabalho, uma vez que, ao lado dos que estão expropriados da terra e dos utensílios de trabalho, existem os que ainda detêm alguma propriedade, embora a sua principal fonte de subsistência seja a venda da força de trabalho.

Problemas de conceituação

O termo camponês, geralmente usado na Europa e no Oriente para indicar a grande comunidade de habi-

tantes do campo que se dedica à exploração agrícola, visando precipuamente o auto-abastecimento, não era usado no Brasil para indicar os nossos trabalhadores rurais, até os meados do século XX, quando estes se organizaram em associações e passaram a reivindicar seus direitos frente aos grandes e médios proprietários. A partir de então, as correntes políticas de esquerda que apoiavam estes movimentos passaram a chamar, de forma generalizada, os trabalhadores rurais de camponeses, daí o nome das chamadas ligas camponesas, popularizando esta denominação. Os grupos de direita, contestando a propriedade do termo camponês, apresentaram para substituí-lo o termo rurícola, que não obteve maior aceitação. Os estudiosos das ciências sociais vêm distinguindo entre a grande multidão de habitantes e trabalhadores do campo duas categorias, a daqueles que já foram expropriados da terra e dos utensílios de trabalho e vivem exclusivamente da venda de sua força de trabalho, que seriam os assalariados, e aqueles que ainda têm o controle de pequenas porções de terra, como proprietários, arrendatários ou meeiros e que cultivam-nas visando o auto-abastecimento e a venda do excedente. Estes ainda complementam a renda trabalhando, nos períodos de paralisação dos trabalhos em suas pequenas explorações, para os grandes e médios proprietários, sem vínculo empregatício.

Em linhas gerais pode-se admitir que o termo camponês no Nordeste do Brasil tem duas acepções: uma mais geral, *lactu sensu*, englobando todos os que vivem e trabalham no campo, e outra de sentido restrito, compreendendo apenas aqueles que não foram ainda inteiramente expropriados dos meios de produção (JULIAO, 1962).

A grande diversidade nas relações de trabalho entre os camponeses *strictu sensu* e os assalariados dificulta a organização de suas lutas reivindicatórias, pois os objetivos das duas grandes categorias nem sempre coincidem e

muitas vezes chegam até a se contrapor. Este fato, além de beneficiar os compradores da força de trabalho, dificulta também ao estudioso a colocação de um modelo abstrato para a análise das lutas "camponesas" que se vêm desenrolando no Nordeste nos últimos quarenta anos. Sua caracterização é muito mais difícil do que a do estudo das lutas operárias, pois no setor industrial defrontam-se sempre empresários e assalariados.

Camponeses e trabalhadores rurais

Neste livro utilizamos sempre a expressão consagrada camponês, ao lado de trabalhador rural, ressaltando que não se trata de uma categoria idêntica à européia. A expressão camponês ora é usada no sentido amplo, quando entre aspas, ora no sentido restrito, quando não usamos aspas.

O livro foi escrito utilizando a bibliografia relacionada no capítulo final e também depoimentos prestados por vários participantes dos acontecimentos à equipe de pesquisadores do Centro de Documentação e Estudos Históricos Brasileiros Rodrigo Mello Franco de Andrade (Cehibra) do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco no Recife. As gravações dos depoimentos encontram-se à disposição de estudiosos e pesquisadores no referido Centro.

Também a Federação dos Trabalhadores Agrícolas de Pernambuco (Fetape), através do seu presidente, José Rodrigues da Silva, e do seu assessor econômico, Reginaldo Muniz, nos forneceu informações e documentos essenciais à elaboração deste trabalho.

2

Os primeiros conflitos

A conquista da terra, iniciada na quarta década do século XVI, com o processo de colonização, revestiu-se de grande violência; foi feita às custas do aprisionamento e expropriação do indígena, a quem o conquistador, o homem branco, considerando-se superior, transformava em sua propriedade.

Os indígenas, que na curta fase de domínio do escambo do pau-brasil se mostraram confiantes e dóceis, trocando os produtos da terra pelo que os portugueses traziam, trataram de defender suas terras e sua liberdade com os meios, com as armas de que dispunham.

Começaram então as guerras entre colonizadores e índios, nas quais os primeiros, quase sempre utilizando armas de fogo e fazendo uma política de divisão e de intriga entre as tribos, levaram a melhor. Assim, a formação das grandes sesmarias e a ocupação do litoral e do vale do São Francisco se deram por meio de guerras sangrentas, em que morreram muitos brancos e muito mais índios. Após a vitória, os vencedores decapitavam os guerreiros indígenas e recolhiam em aldeias os velhos, mulheres e crianças, ao lado de alguns adultos que hou-

vessem tido menor capacidade de resistência, e os entregavam aos missionários, a fim de que os cristianizassem e os ensinassem a trabalhar na agricultura, formando um exército de reserva para as ocasiões em que fazendas e engenhos necessitassem de mão-de-obra barata ou gratuita. Conflitos esparsos, de pequenos grupos ou individuais, sucediam-se em todas as áreas da região nordestina, durante o período colonial. Tribos inteiras migraram para áreas mais distantes, menos acessíveis, para se livrarem da terrível dominação.

Os negros, que eram preados na África e trazidos nos tumbeiros para serem vendidos aos senhores de engenho, também não aceitaram pacificamente a escravidão. Muitas vezes se rebelaram, desobedeceram, foram torturados, colocados no "tronco" e assassinados. Mas também fugiram, se esconderam em locais de difícil acesso e organizaram quilombos, onde procuravam viver com uma economia de auto-abastecimento, amonetária, atacando os engenhos e as vilas, a fim de obter produtos como o sal, de que necessitavam e que não produziam.

Algumas revoltas e ajuntamentos de rebeldes puseram em risco as áreas ocupadas e exploradas pelos colonizadores, que, dispondo de grande escravaria, viviam sempre receosos de um levante geral dos negros.

Guerras e rebeliões

No período colonial destacaram-se sobretudo a Guerra dos Bárbaros e o Quilombo dos Palmares. A primeira foi o levante dos índios do sertão no Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, sobretudo os cariris, confederados em numerosas tribos, que destruíram fazendas de gado na área ocupada pela pecuária. O avanço dos pecuaristas fizera recuar os índios para as áreas montanhosas e os privara dos terrenos de caça. Os indígenas, por sua vez,

caçadores por excelência, encontrando em suas terras os bovinos e caprinos trazidos pelos fazendeiros, passaram a caçá-los como caçavam os animais silvestres, provocando a reação dos fazendeiros, que os acusavam de roubar seus animais. Daí veio a luta, que durou cerca de 41 anos (1683 a 1724) e só foi concluída com a vitória dos fazendeiros, que contataram bandeirantes paulistas, familiarizados com a caça ao índio, para os defender.

O Quilombo dos Palmares, surgido nos fins do século XVI (1597), teve duração de quase um século (até 1695), dominando grandes áreas dos atuais estados de Pernambuco e Alagoas. Os escravos negros que para aí fugiram, aproveitando inclusive a desorganização entre os dominadores durante a guerra holandesa, constituíram aldeias confederadas, desenvolvendo a agricultura e o comércio. Em certos períodos chegaram até a comercializar com os colonizadores. Mas a "república" negra consistia numa ameaça permanente à colonização portuguesa, quer pela possibilidade de ataques aos colonos, quer pelo exemplo que dava aos outros escravos, sempre desejosos de liberdade. Organizaram-se, assim, várias expedições, que em diferentes ocasiões atacaram os quilombos. Fracassadas todas essas tentativas, os grupos dominantes de Pernambuco resolveram contratar o cabo-de-guerra paulista Domingos Jorge Velho para que, com suas tropas, destruísse o conjunto de quilombos, oferecendo-lhe por recompensa, entre outras vantagens, as terras que conquistasse e os escravos que apreendesse. Após uma resistência heróica, Palmares foi vencido.

Embora não tivesse surgido mais nenhum quilombo com a sua dimensão e importância, as revoltas negras e a organização de quilombos a nível local continuaram a ocorrer até a abolição da escravidão, em 1888.

Revoltas populares

No período regencial — 1831/40 —, quando o governo imperial se viu enfraquecido, houve uma série de revoltas em todo o território nacional, com objetivos e motivações os mais diversos. A independência do Brasil tendo-se dado sob a chefia do próprio príncipe regente português, sem o acompanhamento de mudanças estruturais, com a manutenção do sistema monárquico de governo e a dinastia de Bragança, desapontou vários setores da população. Entre os grandes decepcionados estavam naturalmente as classes menos favorecidas, que não viam qualquer vantagem para elas na separação de Portugal apenas através da transferência da obediência a Lisboa para a obediência ao Rio de Janeiro, que de fato já se fazia em caráter provisório desde 1808.

No Nordeste esse descontentamento deu origem a movimentos populares naquele período, dentre os quais se pode destacar a Guerra dos Cabanos, que dominou grandes áreas de florestas de Pernambuco e Alagoas, tendo-se iniciado sob a chefia de um pequeno proprietário do Agreste, Antônio Timóteo, e, após a morte deste, continuado durante seis anos sob um autêntico líder popular, Vicente Ferreira de Paula, filho bastardo do vigário de Goiânia e sargento desertor do exército. Desenvolvendo um sistema de guerras de guerrilhas e tendo grande apoio da população pobre local, ele pôde, durante vários anos, resistir às forças regulares e às arrematadas pelos oficiais da Guarda Nacional até que, em 1836, vendo-se abandonado pelos seus comandados, no cerco em que foram colocados, fugiu com oitenta escravos para o interior, permanecendo por mais de vinte anos nas matas das cabeceiras do rio Jacuípe (ANDRADE, 1965).

A Balaia, no Maranhão e no Piauí, teve ainda maior importância, não só pela área ocupada, mas tam-

bém pelas cidades conquistadas e ainda pelo perigo em que colocou o governo das províncias. Fracassou devido à falta de uma melhor direção militar do movimento, à necessidade de melhores armas e à divisão interna, pois, apesar de ser encarada como um único movimento, era formada pela conjunção de três movimentos: um, liderado pelo vaqueiro Raimundo Gomes, originário do Piauí, outro, pelo preto Cosme, escravo fugido e chefe de alguns quilombos, e outro ainda, por um artesão do vale do Itapecuru, o Balaio, cujo cognome advinha de sua profissão. O despotismo com que o povo era tratado e espoliado pelas classes dominantes, as injustiças, a expropriação e as iniquidades impostas à massa contribuíram para essa revolta, que se estendeu por três anos e só foi vencida com a entrega do governo da província do Maranhão e do comando das operações militares ao general Lima e Silva, depois condecorado com os títulos de Barão e Duque de Caxias.

Grande importância teve também a revolta dos negros malês na Bahia em 24 de janeiro de 1835, que inflamou a cidade de Salvador por várias horas, provocando numerosas mortes e ferimentos entre as duas partes em conflito. Vencida a revolta, muitos negros foram mortos e torturados.

Mesmo durante o Segundo Reinado foram inúmeras as revoltas de negros, índios e brancos pobres em vários pontos do Nordeste; grande também foi a participação de elementos das classes menos favorecidas nas lutas travadas entre liberais e conservadores, partidos políticos que congregavam senhores de engenho, comerciantes e altos funcionários. Não se pode negar, por exemplo, a participação popular na famosa Revolução Praieira em 1848/9, tendo inclusive o capitão Caetano, ex-cabano, acompanhado Pedro Ivo quando este interiorizou a ação revolucionária. O próprio Vicente Ferreira de Paula par-

ticipou da luta política em Alagoas, a convite de facções da classe dominante, ocupando Maceió, em 1844, nas lutas entre cabeludos e lisos.

Ainda na segunda metade do século XIX, não se pode esquecer a importância de rebeliões eminentemente populares, como a do Ronco da Abelha e a do Quebra Quilos, que assolaram grandes áreas do Nordeste, a partir do território paraibano.

A maior parte dessas revoltas durante muito tempo não recebeu a mesma atenção que as revoltas desfechadas com a participação das classes dominantes; os historiadores brasileiros, em sua esmagadora maioria, têm feito a história das classes dominantes para glorificar os seus heróis e legitimar as estruturas que foram implantadas no período colonial e que, com as modificações e adaptações necessárias ao processo evolutivo, ainda são mantidas. Temos, na realidade, uma história de classe que forja os seus heróis e os seus mártires, enquanto os vencidos, sobretudo quando pertencentes às classes dominadas, são esquecidos ou vilipendiados.

Cangaceiros e fanáticos

Ainda devem ser considerados como revoltas populares e camponesas os movimentos ligados ao messianismo e ao banditismo, uma vez que os camponeses, espoliados da posse da terra e do produto de seu trabalho, procuram outros caminhos. Alguns, místicos, refugiam-se na religião e se organizam em comunidades sob a direção de um beato, passando a viver em função do "Reino de Deus", que terão após a morte; outros, mais enérgicos, quando vítimas de injustiças, vingam-se de seus opressores e passam a viver como marginais, fora-da-lei, a roubar, a depredar e a matar. Entre os místicos, os fanáticos,

podem ser destacados os movimentos de Antônio Concelheiro, com o arraial de Canudos, e o do beato José Lourenço, com a fazenda Caldeirão. Entre os cangaceiros, tornaram-se famosos Antônio Silvino, com a lenda de que, como um novo Robin Hood, tomava dos ricos para distribuir aos pobres, e Lampião, que teve tanto poder e força que era cognominado Rei do Cangaço ou Rei do Sertão.

Cangaceiros e fanáticos, vítimas ambos do poder econômico e político do latifúndio, foram tratados a trabuco pelos governos estaduais e federal e eliminados em nome da lei e da ordem. Lei e ordem que iriam garantir o poder discricionário dos coronéis do Sertão sobre os bens e as pessoas das áreas que dominavam. Daí deverem ser considerados, os movimentos que impulsionaram, como movimentos camponeses, como movimentos de reação contra uma estrutura fundiária que negava o acesso à posse da terra aos que nela trabalhavam, em benefício dos que, tendo direito à terra, utilizavam-na como uma mercadoria, como um bem negociável.

3

A formação do campesinato

A formação do campesinato, não entendido como do tipo feudal europeu, mas como grupos de pessoas pobres que se estabeleciam em terras não juridicamente apropriadas, ou em terras apropriadas, mas com o consentimento do proprietário, para desenvolver culturas alimentícias para o próprio sustento, deu-se vagarosa e persistentemente, desde o tempo da colonização. Os cronistas do século XVI já afirmavam que os colonos que aqui chegavam montavam engenhos, quando tinham poses, ou plantavam cana para moer nos engenhos, se não dispunham de capital. Os mais pobres, que se estabeleciam em lugares distantes dos engenhos, plantavam mantimentos e criavam animais. Claro que entre os colonos, alguns, donos de rebanhos expressivos, tornaram-se fazendeiros, enquanto outros, não tendo desenvolvido suas explorações, tornaram-se sitiantes, titulares de pequenas explorações familiares. Estes dariam origem aos camponeses nordestinos. O número deles seria engrossado com o crescimento populacional, aumentando a leva de expropriados pelos grandes senhores; expropriados formados por brancos pobres e por mestiços de brancos com indígenas e com

negros. No início do século XIX, como testemunham os cronistas Tollenare e Koster, os expropriados constituíam uma população bastante numerosa, que vivia nas terras marginais dos engenhos e fazendas, cultivando produtos alimentares para o próprio sustento e pagando ao proprietário um foro em serviços ou em mercadorias produzidas. Admitiam os dois observadores que havia, em geral, grande hostilidade entre estes trabalhadores e os proprietários, embora no meio deles é que os proprietários recrutavam seus capangas e empregados.

Abolição e pobreza

A abolição da escravidão ampliou a massa formada pelos pobres do campo, uma vez que, nas terras apropriadas e povoadas do Nordeste, os ex-escravos, por não disporem de áreas para onde se transferir, tornaram-se moradores de engenhos e fazendas. Nas regiões de domínio da pecuária eles iriam formar, com os brancos pobres livres, a grande massa de agricultores que recebiam um sítio, onde cultivavam algodão, milho, feijão, fava, mandioca; no período seco, após a colheita, entregavam as terras cultivadas ao proprietário, a fim de que o gado usasse o restolho das plantações como alimento. O algodão, que constituiu durante mais de um século o único produto comercial, era vendido ao proprietário por preço estabelecido por este. Formavam-se assim os parceiros e pequenos arrendatários, que pagavam a renda da terra com uma contribuição fixada anteriormente, uma "clientela" de dependentes dos proprietários, cujas ordens deveriam respeitar cegamente. Quando havia lutas entre proprietários, eles formavam a sua milícia privada.

Desde a segunda metade do século XIX, quando foi extinto o tráfico de escravos, nas áreas de domínio da

cana-de-açúcar já se usava em larga escala o chamado trabalho "livre". Assim, havia os lavradores de cana que, com a própria família, cultivavam pequenas porções de terra e na época da moagem forneciam dois terços da produção ao proprietário do engenho, como pagamento; ao lado destes havia os foreiros, que recebiam um pedaço de terra, em que cultivavam produtos alimentares ou o algodão, e comercializavam a produção, pagando a renda da terra em dinheiro ou em serviço, isto é, dando um certo número de dias de trabalho à propriedade. A esta obrigação é que se chamou "cambão", nome bastante divulgado após 1950, quando as ligas camponesas o transformaram em símbolo de dominação injusta. Havia também o chamado trabalhador de condição, ou condiceiro, aquele que recebia um pequeno sítio, onde trabalhava com a família, produzindo alimentos, obrigando-se a dar alguns dias de serviço por semana à propriedade (dois ou três), mediante o pagamento de uma modesta remuneração.

O desenvolvimento dessas formas de relações de trabalho é facilmente compreensível em uma sociedade em que os proprietários de terra possuíam áreas superiores à capacidade de produção de seus engenhos e não dispunham de dinheiro em espécie para pagar salários. Quando surgiram as usinas, depois de 1880, com grande capacidade de produção, passaram os proprietários a estender os seus canaviais pelos antigos sítios de moradores e a exigir destes trabalho diário, pagando salários mais elevados, embora bem inferiores às necessidades dos trabalhadores. Iniciava-se assim a expansão do trabalho assalariado, o que José Lins do Rego, no romance *Usina*, descreveu com maestria, ao analisar o processo de transformação dos condiceiros do engenho Santa Rosa em assalariados da usina Bom Jesus, com todas as consequências sociais correspondentes. Assim, admitimos que

muito antes do estabelecimento do salário mínimo rural (1963) já existiam formas de assalariados agrícolas no campo: trabalhadores que haviam sido espoliados dos meios de produção. Não lhes sendo permitido cultivar terras do proprietário, dispunham para sobreviver apenas da sua força de trabalho, da qual se apropriava o proprietário, sem lhes pagar férias, repouso remunerado, décimo terceiro salário e salário mínimo. Eles tinham todas as obrigações do trabalhador assalariado sem nenhum dos direitos de que gozam atualmente.

Nas áreas de baixa densidade populacional, como Maranhão, Piauí e oeste da Bahia, muitos posseiros se estabeleciam em terras devolutas, cultivando mandioca e arroz e vivendo da caça, da pesca e da coleta na floresta, sobretudo nas regiões de palmeirais, como o babaçu, a carnaubeira e o buri. A abolição despovoou engenhos e fazendas, uma vez que numerosos escravos abandonaram as propriedades e se estabeleceram nas matas, vivendo em uma economia de auto-abastecimento, amonetária. Por essa razão é que o impacto da abolição foi muito mais forte nessas áreas do que naquelas mais densamente povoadas. Josué Montello no seu romance *Noite sobre Alcântara* retrata bem a decadência dos engenhos e fazendas do noroeste do Maranhão, nesse período.

O controle da terra

Uma sociedade rural em que um pequeno grupo detinha o controle da terra e explorava a grande maioria da população, exercendo sobre a mesma um forte controle, não poderia ser uma sociedade calma, pacífica e tranqüila. O proprietário, para garantir seu poder, controlava os cargos públicos locais e mantinha estreitas relações com as autoridades a nível de província, posteriormente de esta-

do, a fim de utilizar o poder público contra os seus dominados. A religião católica era ainda usada como veículo de intimidação da população pobre, lembrando que as diferenças sociais eram resultado da vontade de Deus, e que na outra vida seriam recompensados os humildes e obedientes, diga-se, os submissos. Os que se rebelavam contra os seus senhores, por maiores que fossem as injustiças, desrespeitavam os desígnios de Deus e, após a morte, seriam punidos com o fogo do inferno.

Os proprietários mantinham em suas terras um certo número de moradores que recebiam favores especiais e certos privilégios e que eram armados e usados como capangas nas lutas com vizinhos ou com os dependentes, e como eleitores nas ocasiões em que os cargos públicos eram disputados. Dispunham assim de um sistema de poder que evitava, ou pelo menos atenuava os choques violentos entre as classes e consolidava a sua influência, riqueza e prestígio.

4

Expansão do capitalismo e modernização agrária

O período que se seguiu à conclusão da Segunda Guerra Mundial veio acelerar o processo capitalista no Brasil, refletido na construção de grandes obras públicas e na expansão do crédito fornecido às várias atividades econômicas, em nome do desenvolvimento. Assim, foram construídas as primeiras grandes represas no rio São Francisco, visando a produção de energia elétrica, e criada uma superintendência que deveria modernizar as atividades agrícolas e pecuárias feitas naquela região. Estimulou-se a implantação de indústrias e expandiu-se consideravelmente a rede rodoviária, com estradas asfaltadas, ligando os mais diversos pontos do país. Foram criadas superintendências de desenvolvimento regional, que estimularam a política de industrialização, de construção de obras de infra-estrutura e de modernização da agricultura. Essa modernização teve sérias repercussões no setor agrícola, uma vez que provocou a valorização das terras, quer por torná-las mais acessíveis tanto ao mercado de matérias-primas como ao mercado consumidor, quer porque, estimulando o crescimento da capacidade de produção das indústrias de beneficiamento de produtos agri-

colas, provocou a expansão da atividade agrícola, aguçando a sede de terras por parte das empresas.

A expansão capitalista, que beneficiava sobretudo as classes dominantes, provocou uma política de espoliação das massas trabalhadoras e a conseqüente reação destas, que se organizaram em ligas camponesas e em sindicatos rurais. Ligas e sindicatos, se não apoiados pelo governo, foram pelo menos tolerados e até, às vezes, estimulados, durante o período em que os populistas controlaram o poder (1950/64). Com o golpe de 1964, através do qual o Brasil fez uma opção capitalista e se engrenou como país de segunda linha no mundo industrial, houve um maior incentivo ao processo de crescimento capitalista e uma forte repressão contra a organização das classes trabalhadoras. Repressão que só começou a ser atenuada a partir de 1979, quando os governos militares, passada a fase do "milagre econômico", começaram a perder credibilidade e força. O movimento dos trabalhadores, sobretudo rurais, passou então a se reorganizar e a levantar reivindicações por melhores condições de trabalho e pela reforma agrária radical. Levantava-se uma bandeira que ficara oculta, refreada por cerca de quinze anos.

Capitalização do campo

O processo de penetração do capitalismo no campo foi marcado por duas grandes tendências, conforme as características das várias áreas do Nordeste. Assim, onde predominava a monocultura, sobretudo canavieira, desenvolveu-se uma intensa política de expropriação dos camponeses, na tentativa de transformá-los em assalariados. Nas áreas pouco povoadas, onde se fazia a exploração de terras devolutas, houve um processo de expropriação de

posseiros que há várias gerações desenvolviam em pequenos sítios uma agricultura de subsistência. Essa desapropriação foi feita através da grilagem.

Na zona monocultora as terras já se encontravam apropriadas desde a fase da conquista, mas ocorria que os baixos preços dos produtos de exportação no mercado internacional desestimulavam a expansão das culturas, e os proprietários das áreas menos férteis ou de mais difícil acesso costumavam dividir a propriedade em lotes e arrendar esses lotes a trabalhadores, chamados foreiros porque pagavam um aluguel anual em dinheiro — o foro. O foro representava a renda da terra, não sendo em geral muito elevado, permitindo ao foreiro produzir alimentos e excedentes agrícolas para o mercado. Com a elevação dos preços do açúcar no mercado internacional, as usinas se reequiparam — financiadas pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) — e necessitaram expandir a área produtora de cana-de-açúcar, oferecendo aos proprietários dos engenhos e fazendas aforados uma renda mais elevada do que a que eles percebiam. Arrendadas as terras, eram os foreiros pressionados a se retirarem ou a destruir suas lavouras — muitas delas permanentes — e a substituí-las pela de cana para fornecimento às usinas. Se reagiam, recorrendo à justiça, eram muitas vezes ameaçados de morte ou de destruição dos seus bens. Além disso, como as decisões judiciais eram demoradas e, iniciada a ação de despejo, ficavam os foreiros proibidos de fazer novas culturas, muitas vezes perdiam as condições de continuar o litígio ficando à mercê das ofertas propostas pela empresa.

Nas zonas de pecuária, os proprietários, que eram sobretudo criadores de gado e comerciantes de algodão, costumavam permitir que agricultores sem terras cultivassem, em áreas delimitadas de sua propriedade, o milho, o feijão, a fava, o algodão etc. com a condição de que,

após a colheita, ao se iniciar a estação seca, o restolho dessas plantações fosse deixado como alimentação suplementar para seu gado. Às vezes os agricultores ainda pagavam uma renda em dinheiro ou em espécie (arrendamento) ou forneciam uma parte da produção, a “meia” ou a “terça” (parceria), como renda da terra. O proprietário ainda se reservava a opção de compra da produção, naturalmente por preços por ele arbitrados. Com a valorização das terras e da carne, acompanhada da introdução de novas gramíneas, resistentes à seca, e da construção de silos e ainda do estímulo à aquisição de concentrados feito através da política de assistência governamental, os fazendeiros ampliaram as áreas a serem ocupadas pelo gado e expulsaram os agricultores sem terra, que foram forçados a migrar para as grandes e médias cidades.

Finalmente, nas zonas pouco povoadas, praticamente inacessíveis aos meios de transporte, havia terras devolutas nas quais posseiros se estabeleceram em áreas restritas, plantando gêneros alimentares e algum produto comercial em pequena escala. É o caso, por exemplo, do arroz cultivado no Maranhão na primeira metade do século XX. Com a abertura das rodovias, os grandes proprietários, os empresários, conseguiram adquirir por preços muito baixos ou se apossar pura e simplesmente de grandes áreas de terra exigindo a saída dos posseiros. Estes, pobres, ignorantes, e vivendo à grande distância das cidades, não tinham condições de recorrer à justiça e, ou se retiravam para áreas ainda mais distantes, abrindo novas roças, ou se transformavam em assalariados temporários dos novos senhores, ou ainda se organizavam para resistir à expropriação. Aí funcionava a grilagem, que é uma tradição na história do Brasil, em que grandes proprietários e empresas, com o apoio ou a omissão do poder público, utilizam a violência para desapropriar os

posseiros, ora destruindo seus ranchos e suas plantações, ora prendendo os que resistem em cárceres privados, onde em geral são torturados, ora eliminando-os fisicamente. Não há nenhuma repressão a essa atividade criminosa. No máximo, abre-se um "rigoroso inquérito", que não chega a qualquer conclusão. E é grande o número de mortos entre posseiros, advogados de posseiros e religiosos, como se verá nos capítulos que seguem, na luta pela posse e pela propriedade da terra.

Reforma agrária

Espera-se que o governo atual, com o seu Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), coíba a violência no campo e permita que aqueles que realmente beneficiam a terra com o seu trabalho possam usufruir das vantagens de sua exploração. Convém lembrar, porém, que o Estatuto da Terra foi promulgado em novembro de 1964 e até hoje não foi plenamente aplicado, tendo beneficiado muito mais a grande empresa agrícola do que o pequeno produtor. Na verdade, promulgado para realizar a reforma agrária, ele estimulou a contra-reforma agrária, como salientou o sociólogo Octavio Ianni (1979).

5

A organização dos trabalhadores: ligas camponesas e sindicatos rurais

As lutas camponesas não foram, por muitos decênios, objeto de preocupação dos partidos políticos nacionais, nem os agricultores receberam apoio destes às suas reivindicações. Fato de fácil compreensão, uma vez que os partidos políticos, controlados pelas classes dominantes, estavam profundamente ligados ao latifúndio. O primeiro partido que levantou o problema camponês foi o Partido Comunista do Brasil, hoje Partido Comunista Brasileiro, ao afirmar em seus manifestos que era necessário organizar um movimento operário-camponês para a tomada do poder. Mas, admitindo que cabia ao operariado o comando da revolução comunista, ficava o camponês colocado, em seus programas e em sua linha de ação, em um segundo plano.

O movimento de organização camponesa, em termos de reivindicações e de objetivos definidos, surgiu muito tardiamente, dado que o primeiro sindicato de trabalhadores rurais que obteve reconhecimento foi o de Campos, no Rio de Janeiro, em 1933. Em 1955 havia apenas cinco sindicatos rurais reconhecidos no Brasil, sendo dois localizados em São Paulo, um no Rio de Janeiro, um na Bahia

e um em Pernambuco; este, o de Barreiros, fora reconhecido em 1954.

Havia dificuldade, dentro da estrutura sindical corporativista do Brasil, para a organização de sindicatos de trabalhadores rurais, face à repressão dos proprietários de terra e às restrições feitas pelo Ministério do Trabalho, que controlava o movimento sindical e que não via com bons olhos a organização dos trabalhadores do campo. Para contornar a situação, os sindicalistas rurais e o Partido Comunista do Brasil, em sua fase de legalidade, organizaram associações, registradas em cartório, nos termos do Código Civil, a que denominavam ligas camponesas. Em 1945, foram organizadas numerosas ligas camponesas nas áreas periféricas do Recife e em alguns municípios do interior, aglutinando plantadores de legumes que se viam ameaçados de expulsão das terras arrendadas que cultivavam. Dentre as ligas então organizadas destacou-se a da Iputinga, depois transferida para o Bonji, que sobreviveu à cassação do registro do PCB, e que fora fundada pelos militantes José dos Prazeres, Amaro do Capim e Carlos Cavalcante. José dos Prazeres se tornaria famoso posteriormente por participar da organização da liga de Galiléia e, em seguida, da de Barra da Guabiraba. Foi um incansável semeador de ligas, mesmo depois de expulsão do partido.

Apesar das dificuldades de organização e da perseguição policial, o meio camponês mantinha-se agitado, em um momento histórico de expansão da grande propriedade e de expropriação do pequeno produtor, uma vez que na década de 50 ocorreram revoltas no Paraná (guerrilha de Porecatu), no Maranhão (revolta de D. Noca) e em Goiás, onde se formou o território livre de Tromba-Formoso. Estudantes, intelectuais e militantes mantinham contatos e estimulavam e assessoravam o movimento camponês.

Ligas camponesas

A mais famosa liga camponesa, estudada em detalhes por Aspásia Camargo de Alcântara (1973), Fernando Azevedo (1982) e Elide Rugai Bastos (1984), foi a fundada no engenho Galiléia com o nome de Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), quando o proprietário do engenho do mesmo nome quis expulsar os foreiros que aí trabalhavam, há vários decênios. Inicialmente era uma sociedade benéfica, com fins assistencialistas; com a repressão ela foi se radicalizando e contratou como advogado, para defender os direitos dos agricultores, o jovem parlamentar Francisco Julião, que fora eleito pelo Partido Socialista Brasileiro, mas tinha grandes ligações com o movimento comunista. Ele a organizou como sociedade de acordo com os artigos do Código Civil, e deu-lhe dimensão estadual, criando um conselho diretor interpartidário e levantando o problema da terra na Assembléia Legislativa estadual.

A partir daí tratou de organizar ligas irmãs em outros municípios e estados onde havia tensão social, dando-lhes projeção nacional. Paralelamente foram promovidas reuniões, como o Congresso de Trabalhadores Rurais de Limoeiro, em agosto de 1954, reprimido pela polícia; no ano seguinte, setembro de 1955, houve o Congresso de Camponeses de Pernambuco, no Recife, sob a presidência do deputado e geógrafo Josué de Castro, que foi concluído com uma passeata de camponeses. Fato inédito no Recife.

As ligas camponesas ganharam grande importância nas áreas onde havia camponeses a serem expropriados devido à expansão da cultura de cana-de-açúcar, como nos municípios de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, e Mari e Sapé, na Paraíba, ou nas áreas em ocupação,

onde os posseiros eram expulsos da terra por latifundiários e grileiros — sertões do Maranhão, Piauí e Bahia. A expansão horizontal das ligas aumentou sua influência e prestígio, mas gerou divergências, que se acentuaram com o desenrolar dos acontecimentos. Muitos trabalhadores militantes do movimento camponês foram assassinados por seus patrões ou por prepostos, entre estes o lugar-tenente de Julião, João Pedro Teixeira, em Sapé.

Sindicalização rural

Ao mesmo tempo que as ligas camponesas eram criadas e ampliavam sua importância, estendendo sua influência por quase todos os estados do Brasil, o movimento de sindicalização rural era desenvolvido pela Ulta (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), criada em 1954, na Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em São Paulo, sob a influência do PCB. Se as ligas tinham uma grande penetração no meio rural camponês, onde dominavam arrendatários, posseiros, parceiros e pequenos proprietários, o movimento sindical teve maior expressão nas áreas onde dominavam os assalariados agrícolas, onde se fazia a cultura da cana-de-açúcar, do cacau e posteriormente do café. Tanto é assim que, ao atuar em áreas canavieiras, os líderes das ligas procuravam organizar sindicatos, como ocorreu em Goiana, Pernambuco.

Inicialmente, no caso de Galiléia, o PCB e as ligas agiram juntos, de comum acordo, tendo inclusive o PCB apoiado em 1954 a escolha de Francisco Julião para a presidência das ligas, porém logo surgiram divergências entre os dois, uma vez que Julião, influenciado pela vitória do movimento de Fidel Castro em Cuba, em 1958, e da revolução chinesa, conduzida por Mao Tse-Tung e lide-

rada pelo movimento camponês, defendia que o campesinato era uma classe com grande potencial revolucionário e que poderia dirigir o movimento socialista no Brasil. O PCB, bastante autoritário e muito ligado aos postulados oficiais do marxismo-leninismo, não podia aceitar essa tese, alegando que a classe revolucionária por excelência e, conseqüentemente, destinada a conduzir a revolução socialista era o operariado urbano. Daí a sua meta de realização da revolução democrático-burguesa, com o entendimento de que o operariado deve aliar-se à burguesia progressista para fazer a revolução e para extinguir os restos feudais, antes da revolução socialista, o que justificaria a grande preocupação do partido em organizar um movimento que não entrasse em choque com o governo federal, então de linha populista, com sindicatos que agrupassem os trabalhadores rurais assalariados, reivindicassem a aplicação da Consolidação das Leis do Trabalho e lutassem pela aprovação, no Parlamento, de uma série de leis que reconhecessem os direitos dos trabalhadores. Ocorre, porém, que os sindicatos só podem funcionar plenamente se reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, que os controla — até a destituição de diretorias eleitas pela base e a substituição destas por interventores é facultada ao Ministério — como forma de impedir que eles tenham uma atuação mais enérgica na articulação das suas reivindicações.

Iniciava-se, assim, uma luta, que se iria acirrando, entre os sindicatos organizados pelo PCB e as ligas camponesas. Na maioria dos estados do Nordeste os governadores reprimiam, em nome da ordem e da lei, as tentativas dos camponeses tanto de se organizarem como de levantarem reivindicações, pleiteando melhoria das condições de trabalho ou reconhecimento de direitos já consagrados em lei.

Mas o PCB, que vivia então numa semilegalidade (governo Juscelino Kubitschek), teve condições de organizar sindicatos de grande aceitação e poder, como o de Palmares, Pernambuco, assessorado pelo legendário líder comunista Gregório Bezerra. Este, em suas *Memórias* (1979), indica que não pôde resistir com os seus líderes ao golpe de 1964 por não dispor de armamentos.

Temerosa da penetração das ligas camponesas e dos comunistas na organização camponesa, a Igreja católica passou a preocupar-se também com o problema agrário, organizando sindicatos cristãos — sindicatos que levantavam as principais reivindicações dos trabalhadores e procuravam organizá-los —, tendo conseguido, a partir de 1961, facilidades para o reconhecimento destes junto ao Ministério do Trabalho, em face da influência do Partido Democrata Cristão no governo João Goulart. Em Natal, o bispo D. Eugênio Sales desenvolveu grande trabalho nesse sentido. Em Pernambuco, destacou-se por sua ação no meio rural o padre Antônio Melo, pároco da cidade do Cabo, que organizou sindicatos e cooperativas; em 1963 ligou-se ao Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e apoiou o movimento de 1964, assessorando a intervenção governamental em numerosos sindicatos. Outro que também se destacou foi o padre Paulo Crespo, que, com o Sorpe (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco), atuava no município de Jaboatão, onde havia tradicional influência comunista. Jaboatão, na década de 1940, era chamada de Moscouzinho e chegou a eleger o primeiro prefeito comunista do Brasil, o médico Manuel Rodrigues Calheiros. Finalmente, em Quipapá, o padre Edgar Carício de Gouveia organizou o sindicato camponês que tentava competir, em importância e em número de associados, com o sindicato de Palmares.

O movimento sindical, apesar da grande campanha que era feita contra ele, da perseguição e, às vezes até,

do assassinato dos seus dirigentes, teve um grande crescimento, sobretudo no período do governo João Goulart, quando os ministros do Trabalho, Almino Afonso e Amaury Silva, simplificaram o processo de reconhecimento. O grande aliado do movimento sindical, porém, foi a expansão do capitalismo no campo, intensificando o processo de expropriação dos camponeses e fazendo crescer o número de assalariados agrícolas. O levantamento dos problemas dos trabalhadores, as reivindicações e até a programação de greves provocariam uma atração de trabalhadores para o sindicato e o seu conseqüente fortalecimento.

As ligas, apesar da grande vitória conseguida com a desapropriação do engenho Galiléia (projeto de lei apresentado pelo deputado estadual Carlos Luís de Andrade), teriam um grande crescimento horizontal, mas lutavam com sérios problemas internos, face à diversidade das relações de trabalho do camponês, ainda não de todo expropriado, e a heterogeneidade das questões que se apresentavam conforme a região e área em que se procedia a luta. Também a reivindicação de uma revolução a curto prazo, com a reforma agrária na lei ou na marra, originou divergências entre os dirigentes e até rompimentos, como o de Clodomir Moraes com Julião, e tendências divergentes como o do padre Alípio de Freitas, no Maranhão, e a de Assis Lemos, na Paraíba.

O período 1961/4 foi de agudização das lutas camponesas e das divergências entre as várias tendências, enfraquecendo o movimento, que seria inteiramente desarticulado em 1964, para só voltar a ter maior agressividade e expressão quinze anos depois, a partir de 1979.

6

O Estado e o
trabalhador rural

O movimento reivindicatório dos trabalhadores rurais, depois do surgimento das ligas camponesas, da desapropriação do engenho Galiléia e da intensificação da organização de sindicatos, tomou grande impulso, tendo crescido consideravelmente o número de unidades e, dentre estas, o número das que obtiveram reconhecimento. Só em 1960 foram reconhecidos cem sindicatos rurais em todo o Brasil, quando até essa data havia apenas oito sindicatos reconhecidos.

As agitações no meio rural e a luta pelo acesso à posse e ao uso da terra se intensificaram em numerosos estados, como Paraíba, Ceará, Pernambuco, Bahia, Goiás e Rio Grande do Sul, onde os governadores ora reprimiam violentamente os manifestantes, ora procuravam atender parte de suas reivindicações. Quando essas reivindicações centravam-se na reforma agrária e, conseqüentemente, no acesso à propriedade da terra, o governador se defrontava com um grande empecilho: o dispositivo constitucional que estabelecia que as desapropriações deveriam ser pagas previamente e em dinheiro. Numerosos projetos de reforma agrária vinham sendo apresentados e discutidos no Con-

gresso Nacional, como os de Nestor Duarte e de Coutinho Cavalcanti, mas não eram aprovados, posto que não obtinham os necessários dois terços dos votos para reformar o texto constitucional. O próprio presidente João Goulart não conseguiu sensibilizar o Congresso, formado predominantemente por deputados e senadores proprietários de terras ou ligados aos proprietários, a atender o verdadeiro clamor por uma reforma fundiária. No Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola, face à mobilização popular, conseguiu desapropriar dois grandes latifúndios — Sarandi e Camaquã — e dividi-los em lotes para a venda a camponeses, depositando uma importância relativamente baixa para indenização. O caso ficou em andamento nos tribunais enquanto os trabalhadores exploravam a terra. Também aí foi organizado o movimento camponês Master (Movimento dos Agricultores sem Terra), que participou, a nível nacional, da luta pela terra, ao lado das ligas e da Ultab.

Numerosos foram, no período 1958/64, fase final dos governos populistas (Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart), os congressos em que os trabalhadores rurais participaram, apresentando suas metas e reivindicações. Tivemos a II Conferência Sindical Nacional, realizada no Rio de Janeiro em 1959; a I Conferência da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, realizada em setembro de 1959, em São Paulo, onde foi feita incisiva proclamação em favor da reforma agrária; o III Congresso Sindical Nacional, realizado em agosto de 1960, no Rio de Janeiro, onde foram levantados pleitos em favor dos trabalhadores do campo; o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, realizado em Belo Horizonte em 1961, em que se aprofundaram divergências entre os representantes do PCB e das ligas; o I Congresso Nacional de Trabalhadores na Agricultura, realizado no Rio de Janeiro

em dezembro de 1963, quando foi organizada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), formada por dezenove federações, controladas pelo PCB, pela AP (Ação Popular) e pelos chamados Círculos Operários, de posição política mais conservadora.

Nesse período, apesar das dificuldades de organização dos camponeses, que trabalhavam dispersos por propriedades distantes umas das outras e tendo difícil acesso aos meios de comunicação e de transporte, o movimento camponês participou intensamente da luta do proletariado brasileiro, havendo sindicatos e federações estaduais que fizeram parte da Pua (Pacto de Unidade e Ação) e do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), que tentavam unificar todo o movimento operário brasileiro, apesar dos impedimentos legais então existentes.

Estatuto do Trabalhador Rural

As pressões eram muito fortes e o governo compreendeu a impossibilidade de aprovação de uma reforma agrária pelo Congresso, porque, para fazê-lo, deveria revogar dispositivos da Constituição de 1946; procurou então contornar a situação, como fizera Vargas em relação aos trabalhadores urbanos, durante o Estado Novo. Assim, foi apresentado um projeto de lei à Câmara pelo deputado trabalhista gaúcho Fernando Ferrari, reconhecendo aos trabalhadores rurais uma série de direitos de que gozavam os trabalhadores urbanos e estruturando juridicamente a organização sindical, de forma que ela ficasse também atrelada e dependente do Ministério do Trabalho. Entre os direitos assegurados pelo Estatuto do Trabalhador Rural, ETR (Lei n.º 4.214, de 2 de março de 1963), figuravam os seguintes: direito à posse de carteira profissional

de trabalhador rural, que o identificava e servia para o registro dos contratos de trabalho; regularização da jornada de trabalho; reconhecimento do direito ao salário mínimo; repouso semanal remunerado; férias anuais remuneradas; indenização por tempo de serviço, quando ocorresse demissão sem justa causa; aviso prévio em caso de demissão; estabilidade no emprego após dez anos de serviço; direito à sindicalização e, para as mulheres, o direito a doze semanas de licença remunerada por ocasião do parto.

A lei passou com relativa facilidade no Congresso, pois vinha atender às necessidades das áreas de agricultura mais dinâmica, mais evoluída, onde a exploração da terra já era feita em termos capitalistas e onde o trabalhador já havia sido desapropriado; nas regiões onde dominavam relações de trabalho não-capitalistas, esperavam os proprietários que ela não fosse aplicada. Essa crença tinha um certo fundamento, uma vez que a Consolidação das Leis de Trabalho, de 1943, já reconhecia o direito do trabalhador rural "ao salário mínimo (art. 76), direito ao aviso prévio em caso de demissão (art. 487), férias remuneradas (art. 129) e obrigatoriedade das normas gerais dos contratos de trabalho (art. 442)" (COSTA, 1981), e a Constituição de 1946, em seu artigo 157, assegurava a estabilidade aos trabalhadores. Esses princípios, porém, nunca haviam sido respeitados. Por que acreditar que o ETR seria aplicado?

Ocorria, porém, que o ETR não surgia como uma dívida aos trabalhadores rurais, mas como uma conquista e que estes, organizados em sindicatos a nível municipal, em federações a nível estadual e em confederação a nível nacional, tinham condições de se mobilizar, de enfrentar uma luta séria e consequente e ir gradativamente fazendo valer os direitos que haviam conquistado. Para isso contavam também com o apoio de alguns governadores

estaduais, prefeitos municipais e parlamentares progressistas que lutavam no Congresso por uma série de reformas, conhecidas como de base.

O movimento reivindicatório dos trabalhadores rurais se fortaleceu em alguns estados mais do que em outros, daí se observar que a aplicação da legislação que os favorecia far-se-ia com maior ou menor intensidade, conforme alguns fatores, como a maior ou menor necessidade de acesso à terra e de regulamentação do trabalho, o nível de organização dos trabalhadores rurais no Estado e a posição mais ou menos favorável dos governadores. Também o tipo de reivindicação variava de estado para estado, ou de região para região dentro de um mesmo estado.

No Maranhão, o movimento foi muito intenso na área do oeste, em ocupação, com a luta entre grileiros e posseiros, enquanto, em Pernambuco, a luta se caracterizou, no Agreste, entre foreiros e proprietários e, na área açucareira, entre trabalhadores assalariados e usineiros e fornecedores de cana. Foi muito expressivo na Bahia, onde, em maio de 1962, realizou-se uma grande reunião, o Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Rurais do Norte e Nordeste do Brasil, na cidade de Itabuna, organizado pelo padre Antônio Melo, que fundara numerosos sindicatos rurais em Pernambuco e organizara a cooperativa de Tiriri. O padre, nessa ocasião, já aguçara suas divergências com os comunistas e com o governo Arraes e ligara-se ao Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática, financiado pela United States Agency for International Development — Usaid), aos proprietários de terra que conspiravam contra o regime constitucional. Tanto que, após o golpe de 1964, ele indicou numerosos interventores para os sindicatos cujas diretorias não mediam a confiança do novo governo.

O governo Arraes

O governo de Miguel Arraes de Alencar merece uma análise à parte, em face de seu grande compromisso com os interesses do povo e de sua conduta em respeitar sempre esses interesses, mantendo-se rigorosamente em uma linha ao mesmo tempo progressista, popular e legalista. O atendimento aos desejos e interesses legítimos do povo e o respeito aos direitos assegurados pela Constituição conduziram a sua ação nos catorze meses em que governou Pernambuco. Seu governo não teve a menor preocupação com a construção de grandes obras de efeito eleitoral, com a solução falsa de problemas, mas com enfrentar de forma autêntica e objetiva os interesses do povo.

Daí a sua atenção ao setor agrário, tanto no que se refere aos trabalhadores assalariados como no que diz respeito aos pequenos produtores. Aos primeiros ele assegurou a neutralidade da Polícia Militar nas ocasiões em que reivindicassem os seus direitos, em pleitos judiciais, em manifestações pacíficas e em greves, limitando-se a garantir a integridade física dos bens e dos patrões. Também apoiou o movimento dos trabalhadores, pressionando os empregadores a que cumprissem as determinações legais. Em dezembro de 1963, garantiu o direito de greve aos trabalhadores rurais, que obtiveram um aumento salarial de 80%, o que, representando uma elevação de seu poder de compra, deu-lhes condições de melhor alimentação e para aquisição de vestimentas e objetos de uso, como colchões, máquinas de costura, rádios de pilha etc., redundando numa melhoria de sua qualidade de vida. A elevação do poder de compra da massa trabalhadora teve imediata repercussão também no movimento comercial e de serviços das pequenas cidades da zona canavieira, fazendo com que estas se revitalizassem.

Como as relações de trabalho no campo se revestiam de maior complexidade do que na indústria e no comércio, predominando o pagamento do trabalhador por serviço executado e não por horas de trabalho, o governo, sob orientação de sua assessoria sindical e sua própria, promoveu, em palácio, reuniões entre empregados e patrões para se estabelecer, nas várias fases do trabalho rural — plantio, limpa e colheita —, quais as tarefas que corresponderiam a oito horas de trabalho diário. Tratava-se do Acordo do Campo, que ainda hoje serve de modelo para comparação com as reivindicações dos trabalhadores nas propostas de convenções coletivas de trabalho e de proposições de dissídios coletivos.

No governo Arraes os vários grupos representados no campo tiveram inteira liberdade para atuar, organizando associações de trabalhadores e sindicatos rurais, tendo os comunistas, a Igreja católica e as ligas camponesas lutado para disputar o espaço ainda disponível. Como estivessem voltadas mais para os trabalhadores ainda não de todo expropriados, os pequenos produtores, proprietários ou não, as ligas camponesas tiveram sua ação mais intensificada no Agreste e nos municípios da Mata vizinhos a esta região do que na área propriamente canavieira. Exerceram também grande influência na Paraíba, para onde Julião deslocou um dos seus mais importantes quadros, João Pedro Teixeira, assassinado em abril de 1962. As ligas tomaram uma posição mais radical, exigindo a reforma agrária imediata “na lei ou na marra” e procuraram ampliar sua influência por todo o território nacional, chegando até a adquirir propriedades em Goiás que servissem como centros de preparação de guerrilhas. Tiveram, porém, dissensões internas, tanto a nível de cúpula — divergências entre Julião e o PCB, com o padre Alípio de Freitas e com o jornalista Clodomir Moraes — como a nível de base, com quadros de menor expressão,

como Júlio Santana, presidente do Sindicato de Barreiros, que, tomando atitudes mais radicais em Serinhaém, foi preso por ordem do juiz daquela comarca, tendo sido recolhido à Casa de Detenção do Recife (CALLADO, 1979). Ainda um grupo de jovens trotskistas, revoltados contra o que consideravam moderação do governo Arraes, passou a tentar levantar camponeses na área de Itambé, no norte do estado e teve um dos seus líderes, Jeremias, ou verdadeiramente Paulo Roberto Pinto, assassinado por proprietários de terras, e três estudantes — Carlos Montarroyo, Cláudio Cavalcânti e Aiberê de Sá — presos por ordem judicial. Muitas vezes Miguel Arraes teve que ir pessoalmente desfazer ocorrências radicais e que poderiam desestabilizar o seu governo, como no caso da invasão do engenho Serra, em Vitória de Santo Antão.

O governo Arraes ainda contou com a oposição do padre Antônio Melo, de grande influência em alguns municípios canavieiros da porção sul do estado e ligado a grupos conservadores, que temia que a ação governamental de apoio aos trabalhadores o desprestigiasse. Nessa área é que foi organizada pela Sudene uma cooperativa de agricultores em engenhos arrendados à usina Salgado, visando a distribuição da terra para exploração por pequenos produtores. Experiência que teria maior expansão na década de 70, com a incorporação à cooperativa de Tiriri das usinas Serro Azul e Mussurepe.

Na área de pequena produção, sobretudo de produtos alimentícios, o governo Miguel Arraes procurou levar aos pequenos produtores, em convênio com o Banco do Brasil, o crédito agrícola a juros baixos, livrando-os da dependência dos agiotas, que lhes faziam empréstimos com juros extorsivos. Utilizou também a máquina do Estado para fornecer-lhes assistência técnico-agronômica e comercialização. Para isso contou com dois órgãos, o Grupo Executivo da Produção de Alimentos (Gepa), cria-

do por ele e dirigido pelo geógrafo Manuel Correia de Andrade, e a Companhia de Revenda e Colonização (CRC), fundada no governo anterior, do engenheiro Cid Sampaio, mas por ele reorganizada, e dirigida por Waldir Ximenes.

O Gepa ia diretamente ao campo, concitando e orientando os pequenos produtores a irem às agências do Banco do Brasil a fim de solicitar crédito. Nessas agências, quando os gerentes concordavam, havia funcionários e máquinas do Estado que auxiliavam os funcionários do banco na preparação do cadastro e contratos e na fiscalização do emprego do dinheiro como empréstimo. O Gepa ainda coordenava o trabalho de assistência técnico-agronômica aos agricultores, utilizando sua equipe e os veículos da Secretaria da Agricultura. Os empréstimos destinavam-se sobretudo a fornecer meios de subsistência aos pequenos produtores na entre-safra, evitando que recorressem aos intermediários, que, além de cobrar juros elevados, forçavam-nos a vender antecipadamente a produção por preços inferiores aos do mercado.

A CRC cuidava sobretudo dos problemas de venda de máquinas e utensílios agrícolas, visando diminuir seus custos; dava assistência social aos produtores e, na época da colheita, intervinha no mercado, comprando parte da produção a fim de evitar que os intermediários provocassem a queda de preços, em prejuízo dos produtores, e armazenassem a produção para vendê-la na entre-safra seguinte por preços elevados, prejudicando os consumidores.

Com o tempo, os dois órgãos, que atuavam na maior sintonia e cooperação, esperavam desenvolver outras atividades que viessem ao encontro das necessidades dos pequenos produtores. Procurava-se também elevar a produção de alimentos, para reduzir a dependência do estado da importação de produtos de outros estados. O Gepa também realizou estudos visando a implantação da eletri-

ficação rural na área do submédio São Francisco a fim de baratear a irrigação, até então feita com bombas a óleo; planejou com a CRC desenvolver formas de exploração de terras públicas na ilha de Assunção, no São Francisco, utilizando a mão-de-obra que migrava, durante as secas, dos sertões mais secos para as margens do grande rio.

Com a queda do governo Arraes essas experiências, que não interessavam às classes dominantes — atingiam interesses dos comerciantes proprietários, que perdiam a oportunidade de desenvolver a agiotagem e a compra de produção abaixo do preço, na "folha", como se diz no Sertão, e dos grandes proprietários da área açucareira, que deixavam de dispor, na safra, de mão-de-obra barata vinda do Sertão e do Agreste —, foram encerradas com a extinção do Gepa e com o desvio da programação da CRC. Mas a legenda de Arraes ficou no campo e ainda hoje os trabalhadores rurais contam sua vida dividindo-a em dois períodos, antes e depois do governo Arraes. Fato que se comprova com elevada votação que ele recebeu ao se candidatar à deputação federal por Pernambuco em 1982, tendo recebido mais de 10% do total dos votos apurados no Estado.

7

O golpe de 64 e a política agrária

O golpe de 1964 representou uma ruptura violenta na trajetória política e social do Brasil. O país, que vinha sendo governado por populistas, que desenvolviam uma política comprometida com o sistema capitalista e com a penetração de capitais estrangeiros, ao mesmo tempo tolerando e conciliando com os interesses populares, fazendo certas concessões aos desejos e às reivindicações das massas trabalhadoras, passou a ser governado por um sistema autoritário e repressivo. As decisões tomadas a nível governamental, no período populista, eram discutidas e debatidas; embora a maioria de conservadores dominasse o Congresso Nacional e impedisse a realização de reformas de estrutura, o movimento sindical conseguia obter algumas conquistas.

As classes dominantes incomodava uma situação em que as forças populares tinham algum acesso às decisões de poder e realizavam manifestações e greves em favor de suas reivindicações, onde o governo se preocupava com o crescimento da inflação — que chegou a 80% ao ano — e com a possibilidade de realização de reformas políticas.

Interessadas apenas no próprio destino, as classes dominantes, bem organizadas e aliadas a setores militares mais conservadores, forçaram o suicídio de Vargas, tentaram impedir a posse de Juscelino Kubitschek, dificultaram algumas medidas de Jânio Quadros, apesar de este estar ligado a elas, e tentaram impedir a posse de João Goulart, negando, com a Emenda Parlamentarista de 1961, plenos poderes ao presidente. Elaboraram uma doutrina desenvolvimentista própria, para integrar o Brasil no mundo capitalista, através do Ipes — Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais. A Escola Superior de Guerra, com a sua doutrina de segurança nacional, também deu apoio a esta orientação política e social.

Tempos de repressão

Consumado o golpe e depostos o presidente da República e alguns governadores — inicialmente Miguel Arraes de Alencar e Seixas Dória —, cassados os direitos de numerosos políticos, militares, jornalistas, escritores, professores, homens do povo etc., o novo governo procurou orientar a política geral do país em vários setores, incluindo o agrário e o agrícola. Logo, a 30 de novembro de 1964, foi promulgada a Lei n.º 5.404, conhecida como Estatuto da Terra, que orientaria a política de reforma e desenvolvimento agrário no país e criaria institutos — de Reforma Agrária (Ibra) e de Desenvolvimento Agrário (Inda) — que substituiriam a Supra — Superintendência da Reforma Agrária — do governo anterior.

O Estatuto da Terra estabelecia como finalidade realizar uma melhor distribuição da propriedade, classificar os imóveis em quatro tipos ou categorias, dar função social à propriedade, criar o Fundo Nacional de Reforma Agrária, fazer zoneamentos e levantamentos cadastrais,

patrocinar a colonização oficial e particular, apoiar o desenvolvimento do cooperativismo, estimulando a implantação das Cooperativas Integrais de Reforma Agrária (Cira), estimular o seguro agrícola, regulamentar o arrendamento rural, como a parceria agrícola, pecuária e extrativista.

O diploma legal foi saudado por estudiosos como um avanço, e ainda hoje é a bandeira em favor da reforma agrária defendida pelo Contag, que reclama contra a sua não-aplicação. Octavio Ianni (1979) chama a atenção para o fato de que o Estatuto da Terra, mal aplicado, promoveu, ao invés de uma reforma agrária, uma contra-reforma agrária na Amazônia. Alguns autores admitem que o referido Estatuto seria uma concessão do novo governo ao movimento camponês, na tentativa de refreá-lo através do atendimento a algumas de suas reivindicações, e, uma vez freado e controlado este movimento, não interessou ao governo a execução do diploma legal por ele próprio promulgado. Convém salientar, porém, que, em 1968, o então presidente Costa e Silva criou um grupo de trabalho, o Gera, que visava identificar as causas da não-aplicação do Estatuto da Terra e apontar as medidas que o dinamizassem. Entre outros conselhos dados pelo Gera, saliente-se o da fusão dos dois institutos existentes — Ibra e Inda — em um só instituto, o Incra — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

O Estatuto da Terra, não tendo revogado o artigo 147 da Constituição de 1946, que estabelecia que as propriedades só poderiam ser desapropriadas com o pagamento justo, prévio e em dinheiro, dificilmente facilitaria o surgimento de medidas que intensificassem a reforma agrária. Só em 1967 é que a nova Constituição, aprovada por um Congresso mutilado por cassações de mandatos, estabeleceu em seu artigo 157 que a indenização seria

"mediante pagamento prévio e justa (...) em títulos de dívida pública". Avançava-se um pouco e, ainda mais em 1969, quando o Ato Institucional n.º 9, de 25 de abril, retirou o "prévio".

Toda essa estrutura legal, porém, não funcionou a contento. José de Souza Martins (1981) observa que o Estatuto da Terra, tendo um caráter eminentemente capitalista, não objetivava a melhor distribuição da terra; na realidade, visava transformá-la em bem de negócio, estimulando o desenvolvimento de empresas agrícolas, de grande, pequeno e médio porte. Seria, assim, um dos responsáveis pela modernização dolorosa de que fala Graziano da Silva (1982). Estabelecia um tipo de agricultura voltado para o mercado, com alta produtividade, dispensando mão-de-obra e utilizando insumos modernos em larga escala, como desejavam as multinacionais, vendedoras desses insumos.

As medidas que poderiam beneficiar os agricultores não os atingiram, e o governo destruiu no nascedouro os canais de viabilização das aspirações populares. Desenvolveu-se uma forte repressão contra os líderes dos trabalhadores rurais, extinguíram-se as ligas camponesas, aprisionando-se os seus dirigentes, e promoveu-se a intervenção na maioria dos sindicatos rurais e na Contag, substituindo os líderes mais ativos por interventores indicados por pessoas comprometidas com o novo governo. Os interventores saíram, quase todos, da ala direita do grupo ligado à Igreja católica, até então em grande parte comprometida com o golpe de 64.

A nova orientação procurou transformar os sindicatos rurais em órgãos de assistência médica e odontológica aos seus associados, fazendo refrear as tendências reivindicativas. Os agricultores, em grande parte ameaçados pelos proprietários e, às vezes, pela polícia, e sem depositar confiança nos novos dirigentes, afastaram-se dos sindic-

tos, havendo uma quebra no quadro de associados. Numerosos proprietários, sabendo que os trabalhadores não tinham condições de questionar, passaram a tomar represálias, perseguindo, prendendo e batendo naqueles que no período anterior se destacaram como reivindicadores. Dominou um período de terror no campo, mas o Estatuto do Trabalhador Rural não foi revogado e continuou, embora em condições precárias, a ser aplicado em algumas áreas, naquelas de níveis técnico e econômico mais modernos.

Um retrocesso

Em 1971, o Decreto-lei n.º 1.179, de 6 de julho, instituiu um programa de distribuição de terras, o Proterra, através do qual os proprietários que possuísssem latifúndios poderiam ter parte deles desapropriada, com pagamento em dinheiro, e o direito de indicar os agricultores que quisessem tornar-se parceiros para receber lotes da terra desapropriada. Era, assim, muito vantajoso para o proprietário vender as partes menos produtivas dos seus latifúndios e ainda indicar as pessoas que nelas se assentariam. Este programa, que é considerado um retrocesso frente ao Estatuto da Terra, deveria atingir mais de um milhão de hectares nos estados do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco e de Sergipe. Sua execução, porém, como foi comprovado em depoimentos prestados à Comissão Parlamentar de Inquérito realizada pela Câmara dos Deputados em 1975 (*Reforma Agrária*, 1975, ano V, n. 11 e 12), foi bastante reduzida. No Ceará foram desapropriadas apenas algumas fazendas nos municípios de Cariús, Jucás, Parambu e Tauá, e o número de parceiros beneficiados foi inferior ao número daqueles trabalhadores que perderam seu emprego em consequência da desa-

propriação. Na Paraíba, apesar de alguns proprietários terem feito carta de adesão ao Proterra, concordando em vender parte de suas terras, até 1975 não havia sido instalado nenhum parceleiro. Em Pernambuco, onde as tensões sociais eram mais fortes e o trabalhador mais politizado, foram desapropriadas algumas áreas da usina Central Barreiros, duas propriedades em Paulista e as terras da Crauatá, pequena usina situada no Agreste sem condições de viabilidade. Em Sergipe, apenas se desenvolveu um modesto programa no município de Nossa Senhora da Glória, onde foi formada uma cooperativa com treze associados. Na verdade, o Proterra, que deveria promover a "reforma agrária consentida", do *slogan* da época, possibilitou um bom negócio a alguns proprietários, os quais puderam se desfazer por alto preço e pagamento à vista de áreas de menor valor e interesse; além disso, provocou a demissão dos trabalhadores que viviam nessas áreas e facilitou a um pequeno número de parceiros, que muitas vezes não eram trabalhadores rurais, tornarem-se pequenos proprietários, indicados pelos próprios proprietários.

8

A luta por melhores condições de trabalho e pela reforma agrária

O movimento sindical dos trabalhadores rurais iria renascer nos fins da década de 70, dando primeira prioridade às campanhas reivindicatórias por melhoria salarial e melhores condições de vida para o trabalhador; procurava mobilizar a classe a associar-se aos sindicatos, mas mantinha a estrutura assistencial, sobretudo através do Funrural, que viabilizava a aposentadoria do trabalhador rural com idade avançada ou doente. A reativação dos sindicatos rurais resultou do desejo dos trabalhadores de atenuar a pressão que sofriam por parte dos proprietários e de efetivar o reconhecimento dos seus direitos. Em consequência, observou-se uma reação, uma reativação de numerosos sindicatos, a partir de 1967, fazendo com que este movimento atingisse, em alguns estados, as federações e a própria Contag, com a eleição para sua presidência de José Francisco da Silva, agricultor pernambucano. Caía o presidente anterior, comprometido com o sistema e com os patrões. Numerosos sindicatos ainda mantêm vínculos de dependência com proprietários, mas outros vêm desenvolvendo uma intensa atividade em defesa dos interesses dos seus associados. Há uma grande

diferença, quanto ao nível de capacidade de luta, entre os sindicatos onde dominam os assalariados — com interesses mais homogêneos — e os sindicatos onde dominam os pequenos proprietários, mais heterogêneos e menos ativos.

As formas de luta mais agudas no meio rural nordestino apresentam características diferentes, conforme as áreas onde se dão: áreas da grande produção capitalista, ou mais tradicionais, ou em ocupação.

Assim, nas regiões de grande lavoura a forma de luta mais característica é a greve dos trabalhadores, reivindicando em geral melhores salários e melhores condições de trabalho. É o que se observa nas zonas de domínio da cana-de-açúcar, do cacau e do café. Naquelas onde o capitalismo não tem intensa aplicação, a luta ainda é contra a expropriação do pequeno produtor ou de defesa da terra pelo posseiro.

Áreas comerciais

Analisemos primeiramente a área de domínio da produção comercial. Na área canavieira os trabalhadores passaram a pleitear melhoria de salários e de condições de trabalho, através de convenções coletivas de trabalho, a partir de 1979, quando os sindicatos, mais libertos da pressão governamental, levantaram bandeiras em favor dos seus associados. O estado em que os trabalhadores são mais ativos e mais bem organizados é o de Pernambuco, onde ainda é lembrado o movimento trabalhista do período em que Miguel Arraes esteve no poder. Analisando-se a convenção conquistada em 1979, após uma greve de sete dias, feita de acordo com as exigências da Lei de Greve, vê-se que seu ponto de partida foi o chamado Acordo do Campo, assinado entre empregados e pa-

trões no governo Arraes. Este acordo estabeleceu normas que garantiam o salário diário em trabalho por tarefas, determinando que as tarefas seriam medidas em braças, correspondendo cada braça a 2,20 m, em que uma conta correspondia a uma área de 10×10 m braças. Estabeleceu medidas para trabalhos em roçagem, encoivaração, cobertura de sulco, cavagem a enxada, limpa de cana, enchimento de carro, corte de cana etc., enquanto uma série de outros trabalhos seriam pagos por diária, como revolvimento de terra com arado, plantio de estouro, sulcagem de boi, limpa de sulco, corte de semente, adubação de cana, incluindo cavagem, transporte de semente e adubo, transporte de cana, limpa com cultivador, rebolador, dosagem de inseticida, gradeação. Comprometiam-se as três partes — trabalhadores, empregadores e governo estadual — a pleitear junto ao governo federal a extensão da previdência social ao campo e que se estabelecesse a existência de um delegado sindical em cada propriedade e o uso de luvas, fornecidas pelo empregador, para trabalhadores que atuassem como envenenador, semeador de cana e em tarefas fitossanitárias.

Após o golpe de 1964 alguns proprietários continuaram a respeitar o Acordo do Campo, mas numerosos outros passaram a não cumpri-lo, sabendo que os trabalhadores não tinham condições de exercer pressão em favor do cumprimento de um acordo feito durante o governo de Miguel Arraes. Daí o recurso ao assistencialismo para manter os trabalhadores ligados ao sindicato e até a aliança de presidentes de sindicatos com proprietários de terra, prejudicando os interesses da classe. Também os proprietários passaram a expulsar os moradores, que então se radicaram nas "pontas de rua" em cidades, povoados e vilas e passaram a trabalhar para eles como clandestinos (SIGAUD, 1979), sem a carteira assinada e sem as garantias da legislação trabalhista. Expulsos os

moradores e destruídos os sítios, contrariando o Decreto n. 57.020 e o Ato 16/69 do IAA, os proprietários expandiam as áreas de cultura da cana e livravam-se das obrigações sociais.

A partir de 1976, porém, os trabalhadores começaram a se articular e a fazer pressão sobre as diretorias dos sindicatos e sobre as federações, visando o atendimento de reivindicações como melhoria salarial e de condições de trabalho, até a eclosão, em 1979, de uma grande greve, que mobilizou milhares de trabalhadores. A greve, orientada pela Federação de Pernambuco, foi feita de acordo e em obediência aos dispositivos da Lei de Greve, dificultando ou atenuando uma ação repressiva do poder público. E foi vitoriosa, conseguindo, diante do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), ampliar os direitos que eram estabelecidos no Acordo do Campo, com a inclusão de um aumento de 52% nos salários; e mais: que os trabalhadores fossem pagos nos primeiros quinze dias de falta ao trabalho por motivo de doença, que recebessem as vantagens da insalubridade, o comprometimento com a aplicação da lei do sítio, o estabelecimento das dimensões e peso dos feixes de cana a serem cortados, a proibição de descontos de taxas extralegis nas contas do trabalhador, o pagamento de horas extras, a implantação nas propriedades com mais de cem empregados de escolas de primeiro grau para filhos dos trabalhadores, o pagamento de salários a ser feito fora e sem vinculação com o barracão, que se considerassem como de trabalho as horas gastas com a ida e vinda ao local de trabalho, a obrigação da assinatura da carteira de trabalho etc. (SIGAUD, 1980).

A partir daí, todos os anos os canavieiros de Pernambuco fazem propostas de convenção de trabalho, e, quando estas não são aceitas, a classe entra em greve, mobilizando mais de 100 mil trabalhadores. Assim, estes

vêm conseguindo, ano a ano, melhoria em suas condições de trabalho, atraindo também os clandestinos a se integrarem ao sindicato de classe. Cada ano novas particularidades surgem e são discutidas, como a ocorrência no início dos anos 80, quando a cana cortada passou a ser carregada solta, e não em feixes, como tradicionalmente se fazia, e os proprietários procuraram alterar o contrato de trabalho em seu favor, aumentando consideravelmente a quota de cana cortada. A luta, porém, não ocorre apenas durante o dissídio, já que, homologada a convenção pelo TRT, muitos proprietários procuram burlar as suas obrigações trabalhistas, gerando reclamações na justiça, ameaças e violências. Há usineiros que alugam engenhos a proprietários atrabiliários, por um certo número de anos, com a condição de que "limpem" o engenho, isto é, afastem os trabalhadores que têm muitos anos de serviço. A Fetape tem perdido alguns dos seus quadros (1983) e vem lutando para que os seus delegados e associados tenham um mínimo de garantias.

Em 1984 os trabalhadores já haviam conseguido que as medições das contas fossem feitas com base nos critérios estabelecidos pelo Instituto Nacional de Pesos e Medidas; a obrigatoriedade de o proprietário manter convênio com o órgão competente prevendo os casos de acidente de trabalho; o estabelecimento das atividades insalubres e perigosas; o pagamento da primeira parcela do décimo terceiro salário até 20 de junho e da segunda até 20 de dezembro; a proibição de que os empregadores exijam dos seus empregados serviços fora da propriedade em que residem; a restauração de casas de moradia; a obrigatoriedade de reconhecimento do delegado sindical em cada propriedade; o registro dos trabalhadores safristas; o desconto em folha da contribuição sindical etc.

Se essas melhorias ocorreram em Pernambuco, onde os trabalhadores são mais politizados e tiveram a expe-

riência de ver seus direitos respeitados no governo Miguel Arraes, o mesmo não aconteceu nos estados vizinhos, onde os sindicatos e federações são menos organizados e reivindicativos. Assim, em Alagoas, Sergipe e Bahia, onde existe uma tradição açucareira, não ocorreu até hoje nenhuma greve geral, e na Paraíba, quando a líder sindical Margarida Maria Alves tentava organizar um movimento grevista, em 1982, foi assassinada a mando dos proprietários rurais. No Rio Grande do Norte só em 1983 realizou-se a primeira greve geral na área canavieira com reivindicações semelhantes às de Pernambuco. Espera-se que, face à violência que vem sendo praticada nestes estados, com expropriação de pequenos produtores para expansão dos canaviais, como ocorre em Pitimbu, Alandira, Caaporã, Alagoa Grande, na Paraíba, por exemplo, os trabalhadores compreendam a necessidade de união e se disponham a intensificar a luta em favor dos seus direitos e de sua própria sobrevivência.

Merece ser ressaltada também a greve dos apanhadores de café do sudeste da Bahia, realizada em 1979. Nessa área, sobretudo nos municípios de Vitória da Conquista e de Barra do Choça, vem-se desenvolvendo em larga escala a cultura do café, atraindo na época da colheita, de maio a julho, um grande número de trabalhadores que se empregam como safristas. Os fazendeiros não costumavam respeitar os direitos trabalhistas, dificilmente assinando carteiras, e pagando salários inferiores ao mínimo a mulheres e menores. O sindicato dos trabalhadores, apesar de dirigido por um líder vacilante e ligado ou temeroso do poder dos patrões, conseguiu fazer uma assembléia geral a 28 de abril de 1979, e decidiu cumprir o ritual da Lei de Greve; como os patrões não atendessem as reivindicações, a greve foi declarada a 12 de maio. As principais reivindicações eram: diária de Cr\$ 220, estabelecendo-se uma correspondência

entre a tarefa a ser desempenhada e o valor da diária; equiparação do salário da mulher e do menor ao do homem; auxílio-doença; socorro de urgência nas fazendas e transporte de acidentados por conta dos proprietários; assinatura de carteira de trabalho; ônibus para transportar os trabalhadores ao serviço etc.

A greve foi reprimida com o uso da polícia para impedir a formação de piquetes, com uma forte propaganda pela imprensa acusando os grevistas de comunistas e agitadores, e a mobilização de "fura-greves" em outros municípios. Os trabalhadores só suportaram dez dias de greve, mas, a 16 de setembro, o TRT deu-lhes ganho de causa e estes compreenderam a grande importância da organização para exigir que as leis sejam cumpridas pelos proprietários (CONTAG, 1980).

Outras áreas

Ao lado da luta legal, feita através de greves e obedecendo aos princípios estatuídos, naquelas áreas onde não dominam os sistemas monocultores da grande lavoura, vem-se observando uma forte luta pela terra. Na região do Médio e Baixo São Francisco, por exemplo, vêm ocorrendo choques entre posseiros e empresas governamentais como a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf); estas companhias desapropriam terras ocupadas tradicionalmente por posseiros, quando situadas em áreas a serem inundadas ou beneficiadas por infraestrutura para irrigação. No caso da Chesf, foram desapropriados milhares de pequenos produtores situados a montante da barragem de Sobradinho, que tiveram que se transferir para as cidades da região, para as do Sudeste ou para áreas de caatinga, bem diversas, quanto às con-

dições naturais e às condições de exploração, daquelas em que viviam, à margem do rio. A opção dada pela Chesf de transferi-los para a serra do Ramalho, em Bom Jesus da Lapa, se constituiu em um desastre para os que a aceitaram (ANDRADE, 1983). Agora o fato se repete em Pernambuco e na Bahia com a construção da barragem de Itaparica e se repetirá certamente em breve com a de Xingó.

A Codevasf, por sua vez, tem tido maior interesse em localizar em seus projetos de irrigação, grandes e médias empresas, deixando os agricultores que poderiam ser transformados em colonos em uma situação de inferioridade gritante. Nas terras que a companhia desapropriou no Baixo São Francisco, proibiu aos meeiros continuarem a plantar arroz para melhor planejar o sistema de colonização a ser adotado. Tirou, assim, a oportunidade de trabalho a milhares de meeiros e arrendatários e deixou as terras sem cultura por vários anos. Como os trabalhadores, com apoio da Igreja, reclamassem seus direitos e pressionassem a empresa, foram vítimas de violência. Convém ressaltar a posição do bispo de Juazeiro, no Submédio São Francisco, e do de Propriá, no Baixo São Francisco, em defesa dos trabalhadores sem terra, o que atraíu o ódio dos dirigentes da empresa e das classes dominantes da área, que passaram a atacá-los, acusando-os de agitadores e de comunistas.

Fora dessa região, por toda a área subpovoada e beneficiada por obras públicas, com consequente valorização das terras, vêm ocorrendo sérios conflitos, que têm provocado a morte de muitos posseiros e trabalhadores e algumas vezes também de advogados, grileiros e fazendeiros. Nos estados do Maranhão, do Piauí e da Bahia, onde existem mais terras devolutas, têm-se dado episódios sangrentos, muitas vezes com a participação da própria polícia, como ocorreu em Sento Sé, na serra do

Gervásio, no oeste da Bahia (CARVALHO, 1980). Os conflitos são tão generalizados que, dos 1 394 municípios existentes no Nordeste, no período de 1980/1 houve conflitos de terra em 293.

Entre os assassinatos recentemente ocorridos, além do do velho Gervásio e do de Margarida Maria Alves, foram largamente noticiados pela imprensa o do advogado Eugênio Lyra, ocorrido em 19 de novembro de 1977, em Santa Maria da Vitória, por estar defendendo posseiros. Documento recente da Campanha Nacional pela Reforma Agrária classifica os conflitos pela posse da terra desde os mais graves, com espancamentos, assassinatos e prisões de posseiros, até os menos ostensivos, como as invasões de roças pelo gado do proprietário, matança de animais domésticos dos posseiros, fechamento de caminhos, proibição de uso de poços etc. Mas de qualquer maneira a violência participa hoje do cotidiano da vida do trabalhador rural. O grileiro usa em toda a região capangas e jagunços para afastar o posseiro ou o morador da área por ele ocupada, ou mesmo um destacamento policial, que prende ou leva a ordem de expulsão ao trabalhador que não tem o título legal de propriedade da terra. Para comprovar o ciclo de violência que domina no campo nordestino, basta assinalar que em 1984 foram assassinados onze trabalhadores no Maranhão, dois no Ceará, um no Rio Grande do Norte, três na Paraíba, sete em Pernambuco, quatro em Alagoas e onze na Bahia. Vê-se que o Maranhão e a Bahia, seguidos de Pernambuco, são os estados líderes em violência no meio rural nordestino.

Acreditamos que em 1985, com o crescimento da organização sindical e a perspectiva de aplicação do Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, as contradições se tornem mais aguçadas e os trabalhadores se tornem mais ativos nas reivindicações de seus direitos, e

os proprietários, acossados pela perspectiva de uma reforma agrária, mesmo moderada e feita com base no Estatuto da Terra, 21 anos após a sua promulgação, intensifiquem a violência com os trabalhadores. Tudo vai depender, naturalmente, de condições conjunturais que serão introduzidas na luta pela terra e por melhores condições de trabalho.

O movimento sindical

Ao finalizar, é necessário se dar a importância devida ao papel que vem tendo o movimento sindical, que cada dia mais se fortalece, lutando para que as leis sejam cumpridas no país e para que se estreitem as ligações entre esse movimento no campo, movimento dos agricultores, e o urbano, do operariado. Relacionamento que é ainda muito reduzido, levando-se em conta que mesmo nas usinas de açúcar não existe grande colaboração entre os sindicatos dos trabalhadores rurais e os dos trabalhadores da indústria (SOUSA, 1982).

Deve ser ressaltada a grande participação que vem tendo a Contag na luta em defesa do produtor rural e da reforma agrária, organizando manifestações, passeatas e congressos onde são debatidos os problemas e sugeridas soluções para a questão da terra, assim como dando assistência aos trabalhadores quando se encontram em greve. Da atuação da Contag, das federações estaduais e dos sindicatos, com o apoio de suas bases, vai depender a pacificação do campo e a aplicação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que não trará solução para o problema, mas atenuará a pobreza e as injustiças que afligem o meio rural.

Muito importante ainda é a atuação que vem tendo, nos últimos quinze anos, a Igreja católica, desenvolvendo

uma luta em favor dos pobres, de combate às injustiças e à violência e intervindo com energia e rigor pela efetivação de uma reforma agrária conseqüente. Para isso as suas Comunidades Eclesiais de Base e a Pastoral da Terra vêm realizando, com o apoio e a orientação da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), um trabalho da maior importância. Acreditamos que o apoio da Igreja ao PNRA é essencial para a sua efetivação.

9

Vocabulário crítico

Balaio: denominação dada no período regencial aos populares do vale do Itapecuru, Maranhão, que se sublevaram sob a chefia de Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, artesão que trabalhava na fabricação de cestos e era, em conseqüência, apelidado de Balaio.

Cabanos: denominação dada aos grupos pobres, que habitavam cabanas — índios, escravos, trabalhadores livres sem terras e pequenos proprietários —, que se sublevaram contra o governo da Regência em Pernambuco e Alagoas e que resistiram às forças legais de 1831 a 1836.

Cabeludos: denominação dada em Alagoas à facção política que obedecia à orientação do deputado e ensaísta Tavares Bastos e que resistiu aos lisos na revolta de 1844.

Camponês: trabalhador rural. A designação generalizou-se no Brasil, após 1950, em face da ação política desenvolvida pelas ligas camponesas, que lutavam contra a expropriação dos trabalhadores e contra o “cambão”.

Encoivaração: juntada do mato cortado em um lugar, para ser incinerado, quando se prepara o campo para a cultura. Este lugar é denominado de coivara.

Escambo: comércio feito com a troca das mercadorias sem o uso da moeda. O escambo teve grande importância no Brasil durante o chamado "ciclo do pau-brasil", de 1501 a 1540.

Gradeação: ato de passar a grade no plantio.

Grilagem: processo usado por indivíduos inescrupulosos e poderosos — grileiros — que se apossam de terras devolutas ou de posseiros, usando artimanhas jurídicas e/ou violência.

Lisos: facção política alagoana que obedecia à chefia de João Lins de Cansanção Sinimbu e que em 1844, estando em oposição, promoveu uma revolta contra o governo imperial.

Parceleiros: denominação dada pelo Incra aos trabalhadores rurais que obtêm lotes dentro dos projetos de colonização da entidade.

Plantio de estouro: é o plantio que se faz lançando-se a semente ao solo.

Posseiro: trabalhador que cultiva pequenos sítios em terras devolutas, ou em terras em que os proprietários são desconhecidos.

Quilombo: denominação dada ao lugar, casa ou aldeia em que, antes da abolição da escravidão (1888), se abrigavam negros fugidos ao cativeiro. O mais famoso deles foi o Quilombo dos Palmares, em Alagoas, que ocupou grande área, com dezenas de aldeias, e resistiu aos ataques dos brancos por quase um século.

Rebolador: é o homem que lança a semente de cana (rebolo).

Tumbeiros: navios negreiros.

10

Bibliografia comentada

ALCÂNTARA, Aspásia Camargo de. *Mouvements paysans et crise populiste*. Thèse de troisième cycle présentée à l'Ecole Pratique des Hautes Etudes. Paris, 1973.

Obra básica ao conhecimento do problema camponês e da ação das ligas no período anterior a 1964, infelizmente ainda não impresso no Brasil.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A guerra dos cabanos*, Rio de Janeiro, Conquista, 1965.

Estudo exaustivo da guerra dos cabanos, onde são analisadas as causas econômicas e sociais da mesma, a forma de organização dos revoltosos e o sistema de guerra de guerrilhas por eles realizado.

—, *A terra e o homem no Nordeste*, 4. ed, São Paulo, Liv. Ed. de Ciências Humanas, 1980.

Obra em que é estudado o processo de ocupação do espaço nordestino e as relações de trabalho dominantes em suas várias áreas, desde o século XVI até os nossos dias.

—, *Tradição e mudança*, Organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do Submédio São Francisco, Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

Livro em que o autor estuda o processo de modernização desenvolvido pelo governo no sertão do São Francisco, indicando os custos econômicos, ecológicos e sociais dos programas implantados.

AZEVEDO, Fernando Antonio de. *As ligas camponesas*. São Paulo, Paz e Terra, 1982.

Análise da formação e do funcionamento das ligas camponesas e de suas relações com os outros movimentos que se desenrolavam no meio rural.

BASTOS, Elide Rugai. *As ligas camponesas*. Petrópolis, Vozes, 1984.

Análise da trajetória das ligas camponesas e das relações dos seus líderes com a situação política do país em seu período de atuação.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. 2 v.

Livro em que o autor conta a sua vida como camponês, sua passagem pelo serviço militar e sua atuação política — a participação em movimentos revolucionários e em atividades parlamentares.

CALLADO, Antonio. *Tempo de Arraes*. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

Série de reportagens escritas ao vivo sobre o governo de Miguel Arraes em Pernambuco, com ricas informações sobre o movimento camponês.

CARVALHO, Murilo. *Sangue na terra; a luta armada no campo*. São Paulo, Brasil Debates, 1980.

Série de reportagens sobre o processo violento de grilagem e de violência contra camponeses na Bahia.

COMISSÃO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA. *Violência no campo*. Petrópolis, Vozes, 1985.

Denúncia de violências que vêm ocorrendo no campo contra posseiros e trabalhadores sem terra.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. *Lutas camponesas no Brasil — 1980*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1980.

Livro-relatório sobre a atuação da Contag e sindicatos a ela filiados no ano de 1979 e 1980.

COSTA, Sergio Amad. *C.G.T. e as lutas sindicais brasileiras*. São Paulo, Grêmio Politécnico, 1981.

Análise do movimento sindical brasileiro enfocando também o movimento rural.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS DE PERNAMBUCO. *Açúcar com gosto de sangue*. Recife, 1983. mimeo.

Denúncia de violências contra trabalhadores rurais da área açucareira, por parte dos proprietários.

IANNI, Octavio. *Colonização e reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1979.

Análise do processo de ocupação recente da Amazônia, feito com grande favorecimento aos grandes grupos econômicos.

JULIANO, Francisco. *Que são as ligas camponesas?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.

Pequeno livro indicando as linhas-mestras de ação das ligas camponesas, escrito em período em que elas se encontravam em ascensão.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981.

Análise profunda da problemática camponesa e das reivindicações políticas dos trabalhadores do campo, especificando a problemática de grandes áreas do território nacional.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo, Duas Cidades, 1979.

Análise das relações de trabalho no meio canavieiro pernambucano, no período posterior ao golpe de estado de 1964.

- *Greve nos engenhos*. São Paulo, Paz e Terra, 1980. Análise da primeira grande greve de trabalhadores da cana-de-açúcar, após 1964, com numerosos documentos.

SILVA, José Graziano da. *Modernização dolorosa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

Coleção de artigos, onde o autor estuda as características e as consequências sociais da modernização agrícola que se vem processando no Brasil, em face do modelo econômico adotado pelos governos autoritários.

SOUSA, Cleimilda Maria de Oliveira. *Movimento operário na Zona da Mata de Pernambuco*; dissertação de mestrado em sociologia rural da UFPB. Recife, 1982. mimeo.

Nessa dissertação a Autora estuda o movimento operário desenvolvido pelos trabalhadores na indústria do açúcar e a falta de coordenação entre este movimento e o dos trabalhadores propriamente rurais.

SBD/FFLCH/USP	
SEÇÃO DE <i>Geografia</i>	
AQUISIÇÃO	VALOR
<i>C/ B. D. Dragon</i>	<i>CEB</i>
	<i>1.550,00</i>
DATA <i>19/06/89</i>	TUMBO <i>6 497</i>



Impresso por
W. Roth & Cia. Ltda.

- 60 O medo
Samuel Nogueira de Moura
- 61 Linguagem jornalística
Nelson Lygia
- 62 O feudalismo, economia e sociedade
Hamilton M. Montero
- 63 A cidade estelão antiga
Ciro Figueiredo S. Cardoso
- 64 Negritude
usos e sentidos
a denúncia M. J. J. J.
- 65 Imprensa feminista
Dárcia Zucchi de Brito
- 66 Sexo e adolescência
Eugene I. I.
- 67 Magia e pensamento mágico
Eugene I. I.
- 68 A metalinguagem
Sandra Cheloni
- 69 Pescadores e linguagem
Eugene I. I.
- 70 Teoria da literatura
Roberto de Almeida Souza
- 71 Sociedades do Antigo Oriente
Pissano
- 72 Lutas camponesas no Nordeste
Mário de Almeida
- 73 A linguagem literária
Eugene I. I.
- 74 Brasil Império
Hamilton M. Montero
- 75 Perspectivas históricas da educação
Eugene I. I.
- 76 Camponeses
M. J. J. J.
- 77 Regime e organização espacial
Roberto de Almeida Souza
- 78 Despotismo esclarecido
Eugene I. I.
- 79 Concordância verbal
M. J. J. J.
- 80 Comunicação e cultura
brasileira
Eugene I. I.
- 81 Conceito de poesia
Eugene I. I.
- 82 Literatura comparada
Eugene I. I.
- 83 Sacralidade indígena
Eugene I. I.
- 84 Modernismo brasileiro e vanguarda
Eugene I. I.
- 85 Personagens da literatura
infantil juvenil
Eugene I. I.
- 86 Cibernetica
Eugene I. I.
- 87 Greve
Eugene I. I.
- 88 Letra e significados
Eugene I. I.
- 89 A aprendizagem do ator
Antônio J. J.
- 90 Carnaval carnavalesco
José Carlos Sieb
- 91 Brasil Republica
Hamilton M. Montero
- 92 Computador e ensino
uma aplicação à língua
portuguesa
Cristina P. C. Marques
M. J. J. J.
- 93 Modo capitalista de produção e agricultura
Eugene I. I.
- 94 Casamento, amor e desejo no
Ocidente Cristão
Ronaldo Vainfas
- 95 Marxismo e teoria da revolução
proletária
Eugene I. I.
- 96 Pescadores do mar
Simone Carneiro Maldonado
- 97 A alegoria
Eugene I. I.
- 98 Consciência e identidade
Maurício M. J. J.

ISBN 85 08 01098 2

Lutas camponesas no Nordeste faz uma síntese das lutas travadas pelos camponeses em relação à propriedade da terra e por melhores condições de trabalho. Inicialmente, mostra como se formou na região uma sociedade de classes e como a terra foi apropriada, provocando os grandes desníveis econômicos e sociais existentes no Nordeste. Essa situação deu origem às ligas camponesas e aos sindicatos rurais, que nos últimos trinta anos têm mobilizado os camponeses na luta pela reforma agrária.

Manuel Correia de Andrade, professor universitário em Pernambuco, dirige um centro de estudos históricos do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco em Recife. Publicou, entre outros títulos, **A guerra dos cabanos, A terra e o homem no Nordeste** e **Tradição e mudança**.

Áreas de interesse do volume

• História • Política • Sociologia

Outras áreas da série

• Administração • Antropologia • Artes
• Ciências • Civilização • Comunicações
• Direito • Educação • Estética • Filosofia
• Geografia • Lingüística • Literatura
• Psicologia